

Síntese da Reunião de Instalação do Grupo da Terra

Brasília, 05 e 06 de dezembro de 2023

Gabinete da Ministra da Saúde
Assessoria Especial de Saúde com Territórios de Periferias
Assessor Especial: Valcler Rangel Assessora Técnica
responsável pela pasta: Juliana Acosta

A reunião começou com uma mística conduzida pelos Movimentos Sociais.

Todas as pessoas indicadas pelos movimentos para representação no Grupo da Terra foram chamadas para a mesa para formalização da instalação do grupo. Na sequência, as áreas técnicas do Ministério da Saúde, apresentaram iniciativas já em curso para atender as demandas apresentadas pelos movimentos. A Ministra da Saúde, Nísia Trindade, esteve presente e evidenciou a relação entre A Política Nacional de Saúde Integral das populações do Campo, Floresta e Águas e os temas da agenda climática internacional, ressaltando a importância do diálogo e construção coletiva para enfrentamento às iniquidades e busca de respostas às demandas sociais e sanitárias.

Apresentação das áreas técnicas

1. **Secretaria de atenção primária à saúde - Primeiras respostas para ampliação e qualificação do acesso aos serviços de saúde e implementação da Política Nacional de Saúde Integral das**

Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA) - Lilian Gonçalves, coordenadora de acesso e equidade CAQ/DESCO/SAPS:

- Ampliação do acesso a ações e serviços de saúde (Identificação das equipes de saúde da atenção básica que atendem a população do Campo, Floresta e Águas (PCFA); orientação e estímulo aos municípios para o credenciamento e componentes essenciais à atenção primária à saúde na zona rural: pontos de apoio para atendimento e carro para transporte de equipes.
- Qualificação de profissionais e atuação junto à sociedade civil organizada para enfrentamento das diversas violências e do racismo ambiental e Institucional.
- Busca de melhoria na coleta e qualidade nos dados de cadastros de PCFA no SISAB / e-SUS.
- Investimento em formação (profissionais/gestores/movimento popular).
- Valorização das práticas e saberes tradicionais.
- Participação dos movimentos sociais do CFA na definição orçamentária.
- Comunicação/informação [apropriação das políticas nos territórios].
- Saneamento rural [águas/PICS].
- Criar instrumentos/ferramentas para o acompanhamento e monitoramento da implementação da PNSIPCFA no SUS.
- Atuação intra e intersetorial (ações voltadas aos povos das águas junto ao ministério da pesca, enfrentamento do escalpelamento em mulheres na Ilha do Marajó/PA junto ao MDHC, atuação junto à CAPN na pauta quilombola e inclusão das populações do campo, floresta e águas no campo população assistida do credenciamento de UBS).

<u>Debate com participantes</u>

- É preciso pensar em como incorporar de fato os saberes e práticas populares, prevendo inclusive espaços nas unidades de saúde para beneficiamento de plantas medicinais, para oferta de cuidados, entre outras.
- Ressaltada a necessidade de implantação de conselhos locais de saúde em unidades de saúde rurais, ribeirinhas e fluviais, de acordo com deliberação do Conselho Nacional de Saúde.

- Apontada fragilidade na notificação por intoxicação exógena por agrotóxicos, que passa tanto por questões de desconhecimento como de negligência, apontando a necessidade de educação permanente em saúde e ações intersetoriais para proteção de territórios e suas populações.
- Há necessidade de ampliação do foco nas questões de violência, incorporando por exemplo a violência doméstica.
- Foram apontadas dificuldades na garantia da autodeclaração como quilombola quando a comunidade procura uma unidade de saúde, há relatos de que são exigidos documentos comprobatórios.

- Pensar nos locais remotos e necessidades específicas de transporte para acesso geográfico.
- Avançar nas linhas de cuidado para a PCFA.
- Para tratar de política pública é importante dialogar com o grupo da terra.

2. Ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde - Renata Paula Coppini de Almeida - CGAFB/DAF/SECTICS/MS

- O Departamento de Ciência e Tecnologia - DECIT - que fomenta e promove pesquisas em saúde, está com uma prioridade para Pesquisas sobre a exposição de populações vulneráveis ao mercúrio na região Amazônica. Previsão de inclusão de linhas de pesquisa no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
- O Departamento de Assistência Farmacêutica - DAF está desenvolvendo ações para avançar para outro modelo de cuidado que efetivamente considere as especificidades e singularidades dos territórios do Campo, Florestas e Águas, contemplando a diversidade das populações.
- Além das estratégias de capacitação e comunicação em saúde, está sendo retomado oComitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, espaço de representação e participação social, com previsão de reunião em março de 2024.
- Financiamento de Centro de Referências em Plantas Medicinais e Fitoterápicos para servir de apoio à estruturação e funcionamento das farmácias vivas da sua região.
- Um acordo de cooperação está sendo firmado envolvendo além do Ministério da Saúde, a Fiocruz e o MDA para fortalecimento de ações de ampliação e qualificação nacional da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, com foco na agricultura familiar.

<u>Debate com participantes:</u>

- Enfatizada a necessidade de avançar nos processo produtivos com incentivos para os sistemas produtivos da agricultura familiar e agroflorestas como fornecedores para a manipulação de fitoterápicos;
- Foi provocada a reflexão sobre incorporação da Cannabis como planta medicinal;
- É preciso diferenciar plantas medicinais de fitoterápicos, e que as plantas medicinais estão tradicionalmente no cuidado em saúde das populações do Campo, Floresta e Águas.
- Foi criticada a baixa abrangência do programa Farmácia Viva;
- Apontada a necessidade de formação de lideranças para fortalecimento de saberes e práticas populares e incorporação nas UBS, como exemplo citado o projeto “colher saúde”, em parceria com Fiocruz;
- Pesquisa das plantas medicinais e valorização dos conhecimentos tradicionais e arranjos produtivos locais - Plantas medicinais e fitoterápicos.

3. **Estratégias da Secretaria de Gestão da Educação e do Trabalho no SUS** - Laila Talita Costa consultora técnica DEGES/SGETS

- Programa Agentes de Educação Popular em Saúde (AgPopSUS) - em construção com os movimentos, perspectiva de formar 50 mil agentes até 2027, tem como principal objetivo Constituir uma Rede Nacional de Agentes de Educação Popular em Saúde, voltada para o fortalecimento do SUS e da saúde nos Territórios periféricos, do campo, das florestas e das águas, incentivando e valorizando as práticas tradicionais e populares de cuidado, a comunicação e a educação popular em saúde. Conteúdos previstos:
- O que é saúde, sócio-determinação da saúde, saúde como direito, acesso à saúde e equidade de gênero, raça e etnia;
- Território e saúde; território e protagonismo popular; território e vigilância popular;
- Direito à saúde, SUS, e as Práticas Tradicionais e Populares de Cuidado
- Comunicação e Educação Popular
- Brasil sem Fome, Agroecologia, Alimentação Saudável, luta contra os agrotóxicos. - Particularidades dos povos e seus territórios
- Plano de Gestão da Educação na Saúde das Populações do Campo, Águas e Florestas: Compor e instituir o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano (Grupo da terra e SGTES/MS entre Janeiro à Abril/2024);
- Realizar seminários regionais para implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, das Florestas e das Águas (Entre Junho à Dezembro/2024);
- ViverSUS - Movimentos Sociais;
- Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais: Ofertar 25 vagas para profissionais que atuam na Saúde e Educação do Campo, nas Ciências Agrárias, em áreas de Reforma Agrária e comunidades camponesas, em parceria com Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e Movimentos Sociais.
- Formação de Nível Técnico: Programa Mais Saúde Com Agente: Formação de 180 mil ACS e ACE a partir de 2024: inserção da disciplina de saúde do campo, floresta e águas e Técnicos em Saúde Bucal - Articulação de vagas para assentados da reforma agrária no curso técnico de nível médio.

<u>Debate com participantes:</u>

- Articulação Interministerial: olhar sobre as práticas, participação e formação
- Construir ações locais com a presença da Ministra da Saúde.

- Pensar na implementação do ensino na prática, com foco na acessibilidade para que o cidadão tenha acesso às plataformas de ensino, em caso do remoto e veículo que possibilite que ele tenha acesso ao local.
- Como pensar na implementação das políticas públicas públicas dos municípios dos estados que não dialogam com as pautas do grupo da terra.
- Como dialogar em conjunto para uma formação com construção participativa, considerando as escolas dos movimentos e demais experiências já existentes;
- Pensar na inserção das práticas populares na construção de políticas de ensino
- Primar pela construção participativa na elaboração dos editais e processos formativos;
- Atentar criticamente para uma formação no contexto da educação formal, conteudista e pré-formatadas, mesmo que utilize métodos e estratégias da educação popular;

4. **Ações da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente/SVSA - Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador** - Thais Cavendish e Gabriela Reis - assessoria técnica do gabinete.

-

Atuando para fortalecer o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano / VIGIAGUA: Acesso à água em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão de potabilidade, estabelecido na legislação vigente, publicar um guia de implementação da nova portaria de potabilidade da água para consumo humano, ampliação da capacidade laboratorial – Novo PAC, chamamento Público sobre avaliação múltipla de riscos a exposição a agrotóxicos.

- Fortalecer Programa de vigilância em saúde de populações expostas a contaminantes químicos /VIGIPEQ: ações de vigilância em saúde de forma a adotar medidas de promoção, prevenção contra doenças e agravos e atenção integral à saúde das populações expostas a contaminantes que interferem na saúde humana e nas inter-relações entre o homem e o ambiente, buscando articular ações de saúde integradas – prevenção, promoção, vigilância e assistência à saúde dessas populações, incluir Territórios Minerários no VIGIPEQ, instituir a VSPEM – GT mercúrio (Ações e territórios prioritários), AMIANTO – Internalizar o sistema DATA AMIANTO no DATASUS.

- Atualizar critérios de priorização de municípios para implantação da Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos - VSPEA.
- Fortalecer Programa de vigilância em saúde e qualidade do ar / VIGIAR: ações de vigilância para populações expostas a poluentes atmosféricos, de forma a recomendar e instituir medidas de proteção, promoção e atenção integral à saúde, atuação do SUS em situações de queimadas, mudanças climáticas – Formação de um GT do MS para elaboração do Plano Setorial de Adaptação à Mudança Climática.

- Instituído Grupo de Trabalho para definir Novas Diretrizes de atuação na Política de Agentes de Combate às Endemias.
- Mesa de Diálogos sobre ‘a Mineração no Brasil` sobre "Energia Renovável: direitos e impactos". Territórios: Quilombos, Carajás, Alagoas, Catalão e outros territórios com extração de Urânio.
- Discussão sobre energia renovável: Eólicas no Nordeste.
- Apoio para ativação e fortalecimento de ações de vigilância popular e participativa (Junto com as mesas temáticas de diálogos)
- Desenvolvimento de estratégias para acolhimento de Notificação Cidadã no âmbito do SUS.

Angélica Maia da Secretaria Especial De Saúde Indígena e Renata Paula Coppini de Almeida da Secretaria de Saúde Digital, ambas do Ministério da Saúde, e Marilda Oliveira de Britto Cohen, representante do Ministério das Cidades fizeram repasses de suas ações também e responderam às e aos participantes nesta que foi a última rodada de discussão.

<u>Debate com participantes:</u>

- Ampliar apoio para vigilância Popular em territórios expostos aos agrotóxicos, tendo a Fiocruz como parceira na implementação;
- Priorizar o grupo da Terra como espaço de definição das ações.
- Retomar o Plano de Saneamento Básico Rural, elaborado com participação do Grupo da Terra, ao longo de mais de 2 anos de discussão em um processo coordenado pela UFMG.

Encaminhamentos finais:

- ➔ Marcar reunião virtual em janeiro com Ministério das Cidades para tratar do Plano Nacional de Saneamento Básico Rural.
- ➔ Ministério da saúde construir uma matriz das ações que estão e que serão desenvolvidas a partir das demandas apresentadas e considerando os eixos da política, incluindo todas as secretarias.
- ➔ A cada reunião ao longo do próximo ano, focar em um dos pontos da carta enviada à Ministra.
- ➔ Próxima reunião de 3 dias, entre 18 a 22 de março de 2024 (a definir), com foco no eixo da formação.